



FÓRUM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PME

EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO SETOR TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADOS NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ: LIMITES E POSSIBILIDADES.

SOLIDARITY ECONOMY ENTERPRISES OF THE TEXTILE INDUSTRY, CLOTHING AND FOOTWEAR IN THE VALLEY IVAÍ REGION: LIMITS AND POSSIBILITIES

Marcio Pascoal Cassandre, Me.

Universidade Positivo
mcassandre2@hotmail.com

Valdir Anhucci, Me.

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA)
anhucci@yahoo.com.br

José Stefferson Pessoa Lellis, Me.

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA)
jstefferson@hotmail.com

Juscilene Chved

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA)
ecosol.fecea@hotmail.com

Emília Vella Falleiros Neta

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA)
milavfn@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre as dificuldades enfrentadas por empreendimentos intitulados como sendo de Economia Solidária, além discutir os limites e as possibilidades que tais experiências apresentam na busca de alternativas frente ao desemprego. Assim, reconheceu-se que os empreendimentos pesquisados absorvem parcela da mão-de-obra desocupada em municípios do Vale do Ivaí, região do Norte do Paraná. A revisão bibliográfica possibilitou a compreensão da Economia Solidária como estratégia para o fortalecimento da economia e do poder local, além de propiciar a construção de um processo de transformação cultural e social. Para tanto, foram pesquisados os atores sociais dos vinte e nove municípios através da coleta de dados primários. As informações demonstraram que muito embora os empreendimentos estudados sejam considerados de Economia Solidária, os mesmos estão sendo explorados por indústrias da área de confecção instaladas na região cujos trabalhadores têm se submetido ao trabalho precarizado que as referidas indústrias impõem. O discurso do trabalho cooperativo tem ocultado a condição de exploração dos trabalhadores dos grupos pesquisados. O que se conclui é que as informações apresentadas nas estatísticas do governo além de desatualizadas também não representam de fato o que realmente são esses empreendimentos.

Palavras-Chaves: Economia Solidária. Produção. Desenvolvimento Econômico

ABSTRACT

This paper reflects on the difficulties faced by enterprises entitled as of Solidarity Economy, as well as discusses the limits and possibilities that such experiments have to find alternatives to face unemployment. Thus, it was recognized that the enterprises surveyed absorb part of the manpower unoccupied in cities of the Valley Ivaí region of Northern Paraná. The literature review led to an understanding of the Solidarity Economy as a strategy for strengthening the economy and local government, besides facilitating the construction of a process of cultural

and social transformation. Thus, it was surveyed with the social agents of the twenty-nine municipalities by collecting primary data. The information showed that although the operations studied are considered Solidarity Economy, they are being exploited by industries in the area of manufacturing operations in the region whose workers have been subjected to unstable jobs that these industries require. The discourse of cooperative work has concealed the condition of exploitation of workers of the groups surveyed. What is apparent is that the information provided in government statistics as well as outdated also not represents what these ventures really are.

Keywords: Solidarity Economy. Production. Economic Development.

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem como proposta genuína inserir o ser humano no centro da atividade econômica, valorizando o trabalho como gerador de riquezas, fortalecendo relações econômicas e sociais com base na autogestão, na solidariedade, nas práticas de produção, comercialização e consumo. Tal processo passa pela estruturação de um conjunto de organizações que se retroalimentam através de redes colaborativas solidárias, experiências de compras coletivas, de constituições de moedas sociais, de bancos comunitários, cooperativas, empresas de autogestão, enfim, de inúmeras formas de organização de alternativas coletivas que apontam para outra lógica de economia possível e necessária ao desenvolvimento justo e sustentável (MANCE, 2008).

É possível considerar a Economia Solidária como instrumento de redução das desigualdades sociais e com a finalidade de assegurar condições de sustentabilidade real e efetiva, além de proporcionar a justa distribuição de tudo o que for socialmente produzido.

Nas últimas décadas, percebe-se o crescimento de práticas intituladas como sendo de Economia Solidária no Brasil e em várias partes do mundo, e que, por sua vez, tem proporcionado outras perspectivas a pessoas excluídas do acesso ao trabalho. Tais experiências podem se destacar como importantes alternativas ao modo de produção capitalista que, determina a exclusão social de parcela significativa da população mundial.

O termo “comércio justo” é entendido como “fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia” (CARACTERÍSTICAS..., 2009).

De acordo com Mance (2008 *apud Fairtrade Labelling Organizations International (FLO)*), o faturamento do comércio justo certificado no mundo - realizada por entidades credenciadas na Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, tem tido um crescimento anual de mais de 40% ao longo dos últimos anos. No ano de 2007, a soma da receita desses países chegou à marca de 2,3 bilhões de euros, com um expressivo crescimento de 47% em relação ao ano anterior. Entre os produtos comercializados, incluem-se: café, açúcar, banana, chá, sucos, artesanatos e confecções; mais de 1,5 milhões de pessoas, entre elas produtores e trabalhadores, espalhados por 58 países, são diretamente beneficiados pelas vendas dos produtos oriundos das organizações ligadas à Economia Solidária.

O aumento do consumo dos referidos produtos se deve à abertura de novos mercados no mundo, se destacando como os maiores consumidores do comércio justo, países como Reino Unido, Estados Unidos, Suécia e Noruega. Isso demonstra que são grandes as possibilidades de se implementar alternativas ao modo de produção capitalista.

Nos últimos anos, verifica-se a expansão e a consolidação de empreendimentos ligados a Economia Solidária também no Brasil.

Segundo mapeamento parcial denominado “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, feito entre 2005 e 2007 pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia Solidária – MTE-SENAES (A AUTOGESTÃO..., 2009), a tendência é que os empreendimentos de Economia Solidária se ampliem ainda mais. Tal mapeamento diz respeito à metade do território nacional, registrando cerca de 20 mil iniciativas de Economia Solidária em todo o Brasil, empregando cerca de 1,6 milhões de trabalhadores. Entre 2001 e 2007 foram gerados, através de empreendimentos solidários, aproximadamente 800 mil novos postos de trabalho, o que demonstra a capacidade de absorção de mão-de-obra que essas iniciativas possuem.

Os desafios concernentes à situação de desemprego e a busca de alternativas para diminuir a exclusão do trabalho também estão presentes na região do Vale do Ivaí.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a região do Vale do Ivaí, localizada no Noroeste do Estado do Paraná, é formada por 29 municípios cujo IDH geral médio se mantém próximo aos 0,718 pontos, enquanto o IDH da renda geral média é de 0,624 pontos e o salário mínimo médio da região chega ao máximo a R\$ 605,52 (IPARDES..., 2009). O maior IDH registrado do estado é no município de Curitiba com 0,856 pontos e o de menor IDH no município de Ortigueira com 0,620 pontos.

A projeção populacional feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, demonstrou a existência de aproximadamente 345 mil habitantes nessa região, dos quais 70,7% residem na área urbana. Em termos de mão-de-obra ocupada, o complexo têxtil-vestuário é o maior empregador com 43,2% do total de trabalhadores atuantes na região, representando 19,3% do Valor Adicionado Fiscal do Estado (VAF). No ano de 2000, segundo dados do Diagnóstico Socioeconômico do Território do Vale do Ivaí, os municípios pertencentes a essa região possuíam um índice de 37,9% de sua população ativa sem emprego.

Muito embora esse índice obtivesse uma melhora a partir dos dados de 2007, é grande a necessidade de abertura de postos de trabalho nessa região. Essa realidade tem justificado o surgimento de experiências de organizações coletivas como alternativa de enfrentamento ao desemprego, contribuindo com o desenvolvimento desses pequenos municípios paranaenses no que se refere ao atendimento das necessidades dos cidadãos localizados nessa região do estado.

Sendo assim, em contato com as experiências que se intitulam como Economia Solidária cadastrados no Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (CIRANDAS..., 2009) localizados na Região do Vale do Ivaí, o presente estudo teve por objetivo elaborar um diagnóstico de tais grupos, apresentando a condição em que essas organizações se encontram no que se refere à sua estrutura, produção, comercialização, consumo, formação, qualificação social e profissional, possibilitando assim que se explicita a real situação daquilo que tem sido apresentado em números pelos órgãos responsáveis pela Economia Solidária no Brasil na região abrangida pela pesquisa.

Para o diagnóstico aqui proposto partiu-se de uma abordagem interpretativista da realidade, onde se refuta as propostas objetivistas e generalizadoras. Para a composição dessa pesquisa partiu-se dos seguintes pressupostos: a) que as organizações possuem formas diferentes de interpretar a realidade; b) que tanto o pesquisador quanto o pesquisado possuem uma relação dialógica e intersubjetiva; c) que o “outro” compreendido como sendo o sujeito da pesquisa possui ponto de vista e lógica própria; d) que a ênfase deve recair sobre a lógica local em detrimento das generalizações universais.

Os resultados dessa pesquisa foram decorrentes da primeira fase do projeto de extensão universitária denominado “Programa de diagnóstico, formação e aprimoramento de pequenos empreendimentos do setor têxtil, vestuário e calçados do Vale do Ivaí com bases na perspectiva da Economia Solidária” que teve a intenção de desenvolver ações de pesquisa, formação, qualificação social e profissional, acompanhamento e assessoramento técnico nos empreendimentos de Economia Solidária na região do Vale do Ivaí, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão, da organização e da produção desses empreendimentos.

2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS MAZELAS

São grandes os problemas enfrentados pela humanidade diante das relações sociais que tem se colocado a partir do surgimento do sistema capitalista. Sua hegemonia tem levado a prejuízos incalculáveis para a população mundial. De acordo com Singer (2002, p.10):

O capitalismo é um modo de produção regido pelos princípios de direito da propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora de capital e a classe que ganha vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

Isso pode ser demonstrado a partir dos grandes problemas sociais que a sociedade enfrenta nos dias atuais, sem considerar ainda o caos ambiental em que o mundo está submetido, fruto de um modelo insustentável de organização social que ameaça de forma preocupante o equilíbrio do planeta. Conforme Mance (2008, p. 21) "a lógica de competição peculiar ao capitalismo impede o desenvolvimento colaborativo de tecnologias sustentáveis, economicamente, ecologicamente e socialmente".

O capitalismo se desenvolve por meio da acumulação de capital, que se dá a partir da mais valia, possibilitando a concentração de renda e riqueza nas mãos de uma minoria, em detrimento da pobreza e da miséria de parcela significativa da população mundial. Borchardt (apud MARX, 1982, p. 146) versa que “[...] o processo de produção capitalista reproduz [...] e eterniza as condições de exploração do operário. Ele obriga constantemente o operário a vender sua força de trabalho para viver, permitindo ao capitalista comprar constantemente essa força para se enriquecer”.

Para Barbosa (2007, p. 57)

A subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca é a marca distintiva do sistema e isso só foi possível na medida em que se transformou a produção de riqueza no objetivo dos homens mediante a separação entre valor de uso e valor de troca - desconexão entre necessidade e produção de riqueza.

Além da desconfiguração das relações humanas e sociais o sistema capitalista promove a degradação do meio ambiente devido à extração extrema de matéria prima para a produção de novas mercadorias para o consumo, esgotando-se assim os recursos naturais disponíveis para a população.

Na lógica da acumulação capitalista é preciso reinventar novas necessidades de consumo, o que ocorre mediante a exploração contínua dos recursos naturais. De acordo com May (2003) decorre que, no capitalismo o uso de recursos humanos e naturais passam a não ter nenhum controle social. Conforme Mance (2008) a finalidade do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo é ampliar a concentração de riqueza e não a promoção do bem viver das pessoas e o equilíbrio dos ecossistemas.

O próprio sistema evidenciou pelas crises cíclicas, ao longo de sua vigência, suas contradições estruturais inerentes. A crise de 1929, por exemplo, confirmou a insuficiência do mercado na regulação econômica, e juntamente com a mobilização e organização da classe trabalhadora, constrangeu o sistema capitalista a buscar solução numa política econômica baseada na intervenção estatal (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Política econômica esta que, após reger algumas décadas do sistema, passou a ser questionada a partir da década de 70 com a emersão de mais uma crise estrutural.

Antunes (2003) afirma que diante desta crise novas estratégias foram engendradas para a acumulação de capital. A política econômica keynesiana - qual sugeria maior intervenção do estado na economia - e acompanhada do processo de produção fordista - baseada no aumento de produção e aumento da eficiência barateando custos - que foi saída estratégica da última crise cíclica (1929) do sistema capitalista, foi substituída pelo modelo neoliberal acompanhada de uma nova fase de produção, a acumulação flexível, a partir da década de 1970.

Neste processo de reestruturação produtiva Antunes (2003) destaca elementos que desencadearam mudanças no mundo do trabalho e conseqüentemente na organização social: i) o avanço tecnológico (automação, robótica e a microeletrônica) que aumenta o que Marx denominou de trabalho morto; ii) a flexibilização na organização da produção, deslocando partes da cadeia produtiva e aumentando os trabalhadores terceirizados; iii) o enfraquecimento da social-democracia; iv) a desmobilização da classe operária.

Esta conjuntura favoreceu e foi incrementada, na década de 80, pelo fortalecimento global do projeto neoliberal, que promoveu com esforço decisivo – principalmente a partir da década de 90 - a desregulamentação, privatização e desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho, resultando em desemprego explosivo, aumento do trabalho informal, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos, etc. (ANTUNES, 2003).

No final do século XX e início do século XXI, a oferta de emprego e os índices de crescimento da economia tiveram uma retração. Nota-se nos últimos 15 anos a relação da falta de emprego com a implantação do processo de reestruturação produtiva, bem como a crescente diminuição de oferta de postos de trabalho (SERRA, 2006).

De acordo com Pochmann (2008, p.23), o balanço econômico e social das últimas décadas não é positivo no Brasil, na medida em que a renda *per capita* permaneceu praticamente estagnada enquanto o salário mínimo perdeu 50% do seu poder aquisitivo e o desemprego aberto foi multiplicado 3,5 vezes, por consequência, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional, que era de 50% em 1980, passou para apenas 36% em 2003. Segundo Mattoso (1999, p.17) o Brasil perdeu 3,3 milhões de postos de trabalhos formais numa realidade de cerca de 18 milhões de assalariados, num total de 70 milhões de população economicamente ativa.

Pochmann (2008) ressalta que o aprofundamento do ciclo de financeirização da riqueza durante as duas últimas décadas ocorrem em consonância com a desestruturação do mercado de trabalho, reforçando que,

Enquanto aumenta o pequeno contingente de famílias ricas financeirizadas no país, sustentado pela aplicação de seus recursos em títulos da dívida pública, com valorização anual de 2,5 vezes superior à rentabilidade do capital produtivo, cresce, na outra base da pirâmide social, o peso relativo das famílias pauperizadas, dependentes, muitas vezes do trabalho informal. (POCHMANN, 2008 p. 24).

Esta situação vem se agravando ainda mais devido outra crise mundial desencadeada, a partir de 2008, com a falência de instituições financeiras aparentemente sólidas.

Os acontecimentos acima citados fragilizaram o modelo tradicional da relação entre capital e trabalho, fazendo com que milhões de trabalhadores se sujeitem a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência.

Dessa configuração, irrompe o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, pela necessidade de se encontrar alternativas de geração de renda. Na concepção de Mance (2008), torna-se urgente e necessário a busca por um novo modelo de organização da sociedade, com um modo de produção que coloque em primeiro lugar o atendimento das necessidades humanas, promovendo relações sociais baseadas na solidariedade, na justiça social e na preservação do meio ambiente.

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: Uma alternativa ao modo de produção capitalista?

A Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado no mundo todo, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

No âmbito internacional, a Economia Solidária se consolidou como questão central nas edições do Fórum Social Mundial, na articulação com as experiências de outros países principalmente nos localizados na América do Sul.

Segundo Barrios (2009), no Uruguai, os primeiros moldes de cooperativismo surgiram de experiências com cooperativas de consumo. Atualmente o Uruguai conta com cooperativas em quase todos os setores da economia, possuindo em torno de 800.000 associados distribuídos em 1.200 organizações. Tais números são significativos, na medida que isto representa 25% da população em geral e 50% da população economicamente ativa. As principais organizações existentes no referido país são: (CNFR) Comisión Nacional de Fomento Rural; (FUCC) Federación Uruguaya de Cooperativas de Consumo; (FCPU) Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay; (CAF) Cooperativas Agrarias Federadas. Desde 1988 todas as modalidades cooperativistas estão centradas numa única organização “La Confederación de Entidades Cooperativas del Uruguay (CUDECOOP)”.

De acordo com Barrios (2009), o Uruguai possui legislação específica para o cooperativismo, principalmente a partir da promulgação da Lei 18.407 de 24/10/2008, que contempla o lema da Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay (FCPU) “*procurar la sustitución progresiva y pacífica del régimen de Empresa Privada y competitiva, por el de cooperación organizada, para que el individuo pueda actuar en ella como parte de una comunidad de trabajo y vivir fraternalmente*” (Estatutos de la FCPU, s/f). Como pode-se observar, a proposta é buscar uma alternativa ao modo de produção capitalista, a fim de propor aos trabalhadores melhores condições de vida.

Assim como no Brasil, também no Uruguai, a Economia Solidária apresenta possibilidades e desafios. Segundo Barrios (2009), há dificuldades no processo de construção coletiva são: a ausência de atores cooperativos centrais, ausência de integração com outras experiências da Economia Solidária, deficiência na incidência de política do Estado e ausência de debates e políticas que de fato se configuram enquanto uma real alternativa à economia de mercado. Pode-se observar, que algumas dificuldades encontradas no Uruguai são comuns aos problemas enfrentados no Brasil, no entanto, a Economia Solidária no Uruguai tem apresentando alguns fatores que contribuem para sua consolidação. Destaca-se como vantagens, a posição geográfica, o reconhecimento da importância do cooperativismo por parte de setores governamentais; a criação de uma legislação avançada e a própria cultura política do país.

Outro país que tem desenvolvido ações na área da Economia Solidária é o Chile. De acordo com Vasquez (2009), neste país a Economia Solidária se dá através de dois vieses sócio-econômicos, quais sejam: a Economia Social e o Cooperativismo. O maior interlocutor que impulsiona a formação a partir destes dois vieses é a Universidade de Santiago do Chile (USACH), através do seu Centro Internacional de Economia Social e Cooperativas (CIESCOOP). Esse centro tem como proposta a investigação e o estudo sobre Economia Social e Cooperativas e a formação e a capacitação em extensão e serviços voltados à comunidade. Isso demonstra que há em curso a busca por uma mudança cultural a partir de um processo de formação, apontando para o fomento de experiências no campo da Economia Solidária.

De acordo com Vasquez (2009), todas as atividades da Economia Social e do Cooperativismo não possuem fins lucrativos e se baseiam em um modelo de gestão democrática e na geração de bens e serviços de interesse público. Para a autora, trata-se de experiências intituladas como Terceiro Setor (termo com outro entendimento nos meios acadêmicos brasileiros) entre as quais destacam-se as seguintes: a) instituições econômicas e instituições sociais com base no princípio de cooperação para alcançar objetivos coletivos; b) instituições sem fins lucrativos destinadas a servir a comunidade; c) organizações baseadas em princípios democráticos que promovem a plena participação dos seus membros, evitando qualquer tipo de discriminação.

No âmbito do terceiro setor, em que está inserido a Economia Solidária no Chile, Vasquez (2009), traz a informação de que há cerca de 62.000 instituições em diversos segmentos e interesses, destacando-se as seguintes: cooperativas; organizações comunitárias, fundações sem fins lucrativos, organizações privadas sem fins lucrativos, sociedade de mutuários e sindicatos.

De acordo com dados oficiais (DEPARTAMENTO..., *on line*, 2010) em fevereiro de 2004, o governo chileno, através do Ministério da Economia, Fomento e Reconstrução promulgou a Lei Geral para as Cooperativas (Lei nº 19.832), cujo artigo primeiro aponta princípios como ajuda mútua e a busca por melhores condições de vida dos seus sócios, apresentando as seguintes características: direitos e obrigações iguais por parte dos sócios, distribuição equitativa dos excedentes, neutralidade política e religiosa, desenvolvimento de atividades de educação cooperativa e o estabelecimento de relações entre as cooperativas.

Já na Argentina a Economia Solidária tem se configurado de outra forma. Segundo Pereira (2008, p. 7) “[...] o fenômeno da ocupação de empresas geridas pelos trabalhadores tem uma larga tradição no movimento dos trabalhadores na Argentina e em outros países da América do Sul. Essa tendência pode ser demonstrada em ocupações de fábricas que aconteceram no Chile, na Bolívia e no Peru”. Tal movimento tem se consolidado, em especial na Argentina, quando empresas recuperadas por trabalhadores se aliaram com alguns setores da Economia Social, no entanto, na Argentina esse movimento não gerou o surgimento de entidades de apoio, seja

na sociedade civil, seja nas universidades. A partir de 2001 os próprios trabalhadores se organizaram e criaram o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas, propiciando a discussão dos problemas relacionados aos empreendimentos.

A experiência argentina demonstra que a gestão destes empreendimentos se dá partir de decisões coletivas, sendo que toda e qualquer proposta votada passa pelo crivo dos trabalhadores.

Como se pode perceber há possibilidades da construção de modelo de economia que se posiciona contrário ao modo de produção capitalista, o entanto, na Argentina, as dificuldades na consolidação da Economia Solidária são recorrentes. Pereira (2008) destaca as seguintes: a falta de crédito; ausência de formação dos trabalhadores, tecnologia ultrapassada e falta de políticas públicas específicas.

Como pode-se verificar, tanto no Brasil como em outras experiências de países da América Latina, a Economia Solidária tem apresentando possibilidades na implementação de ações que possam absorver parcela da população desempregada. No entanto, dificilmente esse modelo tem condições de ser uma alternativa ao modo de produção capitalista.

Diante das experiências brasileiras e de outros países, nota-se que os desafios são comuns na medida em que a Economia Solidária tem sido implementada no âmbito da sociedade capitalista, sendo influenciada por valores capitalistas. Nesse contexto, vários são os entendimentos que a Economia Solidária carrega no seu cerne pelo olhar de pesquisadores que têm acompanhado a evolução tanto das práticas como dos conceitos.

Ao admitir a Economia Solidária como alternativa inserida dentro do contexto da produção capitalista, destaca-se a necessidade de se aprofundar a discussão sobre o assunto, na medida em que a partir dessas iniciativas se possibilite uma melhor condição de vida a um número significativo de trabalhadores.

Nesse sentido, justifica-se a ampliação de trabalhos investigativos que possam apresentar a realidade sobre a Economia Solidária enquanto alternativa ao modelo de organização social hegemônico nos dias atuais, bem como abordar as contradições presentes nesse modelo de organização.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) criada em 2003 e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES) em 2005, instituem um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal no Brasil.

Devido à existência de várias concepções e entendimentos do pensamento econômico solidário, percebeu-se o surgimento de vários espaços de discussão localizados nas conferências nacionais nos últimos anos.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em 2005 estabeleceu como sendo valores da Economia Solidária a equidade, a educação solidária, os direitos e responsabilidades e a organização e gestão, tendo como um dos principais objetivos o de afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento, compartilhando valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade.

Segundo Mance (2008, *apud* CONAES, 2006) a Economia Solidária está ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas para inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimentos territoriais, rumo a uma articulação nacional e latino-americana.

A Economia Solidária é uma substituição estrutural de trabalho assalariado exclusivamente formal por atividades informais de trabalho estimulados, sobretudo, por organizações civis e governamentais voltadas para a geração de ocupação e renda. São representados pelos sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de

direitos humanos e partidos de esquerda e, de forma mais contundente, Partido dos Trabalhadores (PT), que reivindicam junto ao poder público e empresarial ações contra o desemprego (BARBOSA, 2007).

As primeiras iniciativas no Brasil se deram no início da década de 1990 com trabalhadores da Makerli, empresa de razoável porte do ramo calçadista em Franca/SP que se organizaram sob a forma de cooperativa para tentar salvá-la (A AUTOGESTÃO..., 2009).

Para Mance (2008, p.112)

Os segmentos de empreendimentos solidários se distribuem em diversas atividades, e tem como principal objetivo a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, de forma ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável.

Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, solidariedade, sustentabilidade econômica e ambiental.

É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e provavelmente não funcionem isoladamente podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes no que se refere ao entendimento da Economia Solidária.

Mance (2008, p. 111, apud CONAES, 2006) define os pilares da Economia Solidária como:

Cooperação: modo de organização, produção, distribuição e consumo que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes; Autogestão: é a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões; Solidariedade: é uma transformação da mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, onde todos os seres humanos fazem parte de uma mesma comunidade universal, em igualdade de direitos e de deveres humanos e Sustentabilidade: é a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

Nunes (2002, p.2) sintetiza como passível de caracterização alguns princípios que deveras outorgam um empreendimento como sendo de Economia Solidária, são eles:

Motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como na de distribuí-los e comercializá-los; Referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas; Processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento; Criatividade e soluções alternativas, face aos problemas e negócios, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas e; Preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes.

Sendo assim, os Empreendimentos Econômicos Solidários podem ser conceituados como aquelas organizações:

a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os

empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (ATLAS, p.13).

Para Gaiger (2005) a Economia Solidária é projetada em cena como peça de resistência e como ensaio de outro projeto de sociedade, de uma globalização alternativa calcada na democratização da economia e na cidadania.

A Economia Solidária, segundo Singer (2000), surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado.

Na concepção de Mance (2008, p.111, apud CONAES, 2006), a Economia Solidária,

[...] se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital.

Coloca-se a Economia Solidária como possibilidade de desenvolvimento econômico com base nos princípios cooperativos, expressado em apenas uma classe social, a dos trabalhadores, respeitando a individualidade e distribuindo igualmente o capital. Para Mance (2008) além do desenvolvimento econômico, a Economia Solidária se destaca pela importância de se fundir dentro dos princípios solidários, quais sejam a sustentabilidade econômica, ambiental e promoção de uma sociedade mais justa.

Segundo Tiriba (1998, p. 198) a Economia Solidária pode gerar “uma nova cultura do trabalho que possa desencadear um projeto nacional de desenvolvimento desse novo setor da economia, tendo em vista os interesses dos setores populares”, ou seja, ainda que de forma limitada e contraditória, é possível que a Economia Solidária institua-se como uma alternativa real ao capitalismo, criando as condições para um novo modelo de desenvolvimento.

No âmbito do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária – SIES (O QUE É..., *on-line*, 2009), a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Diante das distintas experiências de empreendimentos, a Economia Solidária tem sido amplamente discutida.

Numa perspectiva próxima a de Mance (2008) e Singer (2000), Gaiger (1999) considera que os empreendimentos de Economia Solidária se apresentam como um novo modo de organização das atividades econômicas e do trabalho devido à ruptura que introduzem nas relações de produções capitalistas. Para esse autor, os segmentos sociais de baixa renda seriam privilegiados por essas iniciativas solidárias, pois “novas” relações sociais de trabalho são oferecidas por esses empreendimentos.

Gaiger (2004) deixa claro que as organizações de Economia Solidária possuem sua importância na constituição de relações de trabalho diferenciadas, porém se faz pertinente colocar em dúvida se a Economia Solidária é capaz de modificar a ordem social dominante.

Uma razão para essa consideração deve-se ao fato de que essas organizações estão a todo o momento dependendo das relações de troca com outros empreendimentos capitalistas, demonstrando assim sua autonomia limitada e atestando o “caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas” (GAIGER, 2004, p. 9).

Para Faria (2009), Singer, Gaiger e Mance possuem uma concepção idealizada do que se entende por Economia Solidária, pois concebem essa forma alternativa de construção de uma nova sociedade e de um novo modo de produção como uma solução sem contradições.

Nessa perspectiva, Faria (2009, p. 176) considera que:

É possível que os empreendimentos de Economia Solidária tenham relações de trabalho alternativas à heterogestão capitalista. Mas, estas poderão ser relações contraditórias no interior do sistema de capital. Não há como [...] creditar à Economia Solidária a possibilidade de constituição a partir de si mesma de um outro modo de produção.

É nessa perspectiva, que a Economia Solidária pode exercer um papel fundamental no desenvolvimento econômico, na construção de outra cultura, apontando para um modo de produção alternativo que seja capaz de se posicionar contra o sistema capitalista. Porém, deve-se considerar a sua fragilidade na constituição de uma nova sociedade, haja vista a sua atual dependência do desenvolvimento capitalista, como por exemplo, as tecnologias, a conquista de novos mercados, as relações de consumismo, dentre outras formas de vínculo ao atual sistema. Aliás, sobre este ponto, Faria (2010) considera que o argumento segundo o qual a Economia Solidária não deveria utilizar as tecnologias de ponto do sistema de capital é equivocado. Um novo modo de produção deve ser uma superação do anterior e não uma volta ao passado.

Para Benini e Benini (2010), até o presente momento, a atual proposta de Economia Solidária apenas veio a se pautar pelos mesmos elementos do cooperativismo tradicional, inclusive, descartando, no discurso da maioria dos seus intérpretes, quaisquer propostas de planejamento econômico ou integração produtiva, com a devida contestação da lógica patrimonial e dissociada das cooperativas. Esses autores consideram que o projeto político dos empreendimentos solidários se limita à resistência às formas de desemprego e no sentido de oferecer alternativa de renda ou trabalho. Benini e Benini (2010, p. 617) complementam que se faz necessário compreender que

o projeto utópico da autogestão está constringido, no atual contexto da economia solidária, justamente, por falta de um projeto político correspondente ao seu horizonte emancipatório, que potencialize as atuais contradições para uma antítese que puxe novas contradições (e com isso, novas alternativas), e que não apenas conserve / reitere alguns impasses em aberto.

Ao se pensar efetivamente sobre a possibilidade da Economia Solidária ser de fato uma “alternativa” ao capitalismo, cabe refletir com base em Faria (2010) se essa “alternativa” significa (i) ter uma de duas ou mais possibilidades pelas quais se pode optar; (ii) se é uma sucessão de coisas reciprocamente exclusivas que se repetem com alternância; (iii) se é um sistema de duas ou mais proposições em que a verdade de uma implica a falsidade das outras, através da utilização do conectivo "ou". Ao refletir sobre essas condições é possível se reconhecer ou não a existência de uma contradição, de um oposto que se constituiria em um elemento de superação do capitalismo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As prerrogativas utilizadas para o diagnóstico pautaram-se no levantamento bibliográfico sobre o tema na coleta de dados secundários, como bases iniciais da formatação do processo de pesquisa em si, que deverá preencher as lacunas interrogativas de forma qualitativa e exploratória.

A partir da revisão bibliográfica sobre o tema central da pesquisa, obteve-se um quadro teórico de referência norteador do referencial empírico. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 62), o levantamento de dados de diferentes fontes é essencial “(...) não só por trazer conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários”. Diante de tal fato, nota-se que a coleta de dados, ou seja, a documentação indireta a ser contemplada pelo presente estudo ocorreu a partir de duas formas principais: através do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, que se alicerçou, em especial, na realização de pesquisas em referenciais bibliográficos (fontes secundárias), ou seja, “(...) abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc.; até meios de comunicação oral” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 71).

Para a composição desse trabalho, buscaram-se informações diretas através da coleta de dados primários com os atores sociais envolvidos em projetos pertencentes aos vinte e nove municípios da região do Vale do Ivaí.

A primeira aproximação ao campo empírico se deu a partir do levantamento de informações que foi realizado através de contato com as prefeituras dos municípios do Vale do Ivaí. Num primeiro momento isso ocorreu por meio de ligações telefônicas às secretarias ou a órgãos responsáveis por cooperativas de geração de trabalho e renda e projetos de Economia Solidária. Para isso, foi utilizado como instrumento de identificação um roteiro sistematizado de perguntas para uma caracterização e mapeamento inicial.

Dentre as vinte e nove prefeituras consultadas foram diagnosticadas treze prefeituras que possuíam projetos de Economia Solidária, sendo, sete voltados ao ramo do vestuário e um no ramo de calçados. Dois desses empreendimentos estão estabelecidos em um único município. As demais prefeituras informaram a existência de projetos de outros segmentos ou de empreendimentos que não se caracterizam como de Economia Solidária.

No sentido de ampliar a abrangência da pesquisa, verificou-se criteriosamente os ambientes virtuais que possuíam informações sobre empreendimentos solidários e que pudessem confirmar as informações recebidas das prefeituras consultadas.

Através dessa ação foi possível encontrar o cadastro do sítio Cirandas (*sublink* do site do FBES), e o cadastro geral de empreendimentos solidários do Brasil ligado ao FBES, para comparativo entre cadastros de projetos de Economia Solidária que nomeassem e caracterizassem os empreendimentos de Economia Solidária existentes na região em pesquisa.

Ao agrupar as informações extraídas do contato telefônico e dos cadastros virtuais, verificou-se a existência de 14 empreendimentos em um total de 13 municípios, sendo um dos municípios contendo dois empreendimentos que compuseram a amostra não probabilística estratificada dessa pesquisa.

Na sequência, entrevistas foram realizadas *in loco* através do deslocamento da equipe de pesquisadores até os municípios identificados munidos de um roteiro semi-estruturado contendo 44 questões abertas e fechadas com base nos resultados obtidos através da revisão teórica sobre Economia Solidária.

Os itens constantes no roteiro das entrevistas foram divididos em: caracterização, histórico, forma organizacional, estrutura organizacional e atividade econômica.

Para a interpretação dos dados coletados utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, que para Bardin (2004, p.31) significa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Os princípios de autogestão, solidariedade, cooperação e sustentabilidade compuseram as categorias de análise do conteúdo das entrevistas.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

O instrumento foi aplicado em cinco empreendimentos do total de quatorze existentes, possibilitando apresentar as condições em que essas organizações se encontram no que se refere à sua estrutura, produção, comercialização, consumo e na formação e qualificação social e profissional abrangendo os princípios que regem a Economia Solidária. O instrumento não foi aplicado em três municípios por não existirem empreendimentos, pois se tratavam de serviços a terceiros em confecção de tapetes em barbante e que não se configuram na proposta da pesquisa. Outros quatro empreendimentos constavam nos cadastros virtuais, porém não foi possível contato devido à não existência real do empreendimento durante a visita *in loco*. Pôde-se constatar que os empreendimentos implantados no Vale do Ivaí surgiram de iniciativas das esferas do governo e organizações não governamentais, com a perspectiva de geração de trabalho e renda, frente à situação dos altos níveis de desemprego.

Na maioria dos empreendimentos esse apoio se restringiu à simples doação (empréstimo) dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade produtiva, não houve investimento à formação, capacitação e acompanhamento destes empreendimentos. Tal situação permitiu que tais grupos fossem facilmente aliciados por empresários que utilizam da estrutura dos empreendimentos para terceirizar sua produção.

De uma forma geral, os empreendimentos são constituídos predominantemente por mulheres, sendo que a faixa etária variava entre 17 e 60 anos, e o nível de escolaridade prevalecente é o ensino fundamental incompleto.

Quanto à forma de organização somente dois empreendimentos são formalizados, sendo um na forma de associação e outro como cooperativa (empresa recuperada pelos trabalhadores). O restante dos empreendimentos é informal.

Todos os grupos em análise desenvolvem atividade econômica de prestação de serviços, como facção de costura, em regime de terceirização. Três destes empreendimentos trabalham terceirizados costurando lotes pré-cortados de calças jeans para uma mesma empresa de confecção. Salienta-se que não há nenhum contrato formal com esta empresa e a forma de pagamento é por peça produzida cujo preço varia entre R\$ 3,00 e R\$ 3,50. Apenas um empreendimento dos cinco em análise também desenvolve uma produção própria artesanal (tapetes em retalhos) além da atividade de facção. A jornada de trabalho nestes grupos gira entre 40 e 44 horas semanal de acordo com a produção exigida e a capacidade produtiva de cada grupo.

Destaca-se que em todos os empreendimentos as máquinas de costura são doadas por órgãos governamentais e não governamentais com a finalidade de geração de trabalho e renda. Na realidade não é uma doação de fato aos empreendimentos, mas um empréstimo enquanto perdure a finalidade de geração de trabalho e renda. Somente em um grupo, na cooperativa, há máquinas próprias além das cedidas. Além disso, também as instalações (barracões) em quatro dos empreendimentos pertencem à prefeitura e são cedidas aos grupos.

Em todos os empreendimentos observou-se que não há infra-estrutura adequada para o trabalho que realizam. O mobiliário não oferece condições ergonômicas apropriadas, e não há iluminação suficiente.

Tais dados demonstram a dependência dos empreendimentos de recursos públicos para o desenvolvimento das atividades bem como das empresas que terceirizam os serviços.

Quanto à forma de trabalho os grupos apresentaram traços de autogestão e cooperação, porém, não conheciam a economia solidária. O desconhecimento conceitual se apresentou evidente nos diálogos travados entre a equipe de entrevistadores e os trabalhadores/trabalhadoras de cada um dos empreendimentos. Porém, foram perceptíveis algumas características da Economia Solidária.

No que se refere à autogestão, percebeu-se que as decisões são tomadas a partir de um diálogo entre os integrantes dos grupos, o que aponta para uma gestão mais democrática desses empreendimentos. Verificou-se ainda, que muitas das regras pré-estabelecidas vigoram de forma verbal, sem textualizações ou contratos. Cumpre destacar que em apenas dois dos empreendimentos a estrutura da autogestão está documentada em estatuto.

Observou-se ainda, na questão da autogestão, que há dificuldades na aceitação por parte de alguns trabalhadores em estabelecer relações de trabalho sem a figura de um chefe ou proprietário. Em geral, diante da naturalização de que alguém manda e muitos obedecem, predomina a prática de dominação em que os trabalhadores se submetem a regras atribuídas pelo empregador.

A autogestão é uma forma de gestão que ainda precisa ser estruturada nesses empreendimentos. Benini e Benini (2010) salientam que o princípio da autogestão pertencente à Economia Solidária se confunde com a valorização do trabalho através de uma gestão coletiva de grupos de trabalho e, por consequência a possibilidade de se contribuir para um processo decisório participativo pertencente aos projetos cooperativistas. Não haveria impedimentos de transferência de significados dos princípios, por exemplo, o de autogestão, do Cooperativismo para o de Economia Solidária se não fosse pela existência da lógica da propriedade privada dos meios de produção e, com ela, a lógica da lei do valor existente nas bases do Cooperativismo e que não deveria existir nos princípios da Economia Solidária.

Quanto à solidariedade e cooperação, constatou-se que é algo presente nesses empreendimentos, na medida em que ao se reportarem aos membros dos grupos, verificou-se a preocupação como a ajuda mútua, o respeito às diferenças, a reciprocidade e a divisão do trabalho.

Na sustentabilidade ambiental notou-se que há ainda um baixo envolvimento e poucas ações efetivas, escassos mecanismos para mobilização, mudança de atitudes e poucos programas de conscientização. Em um dos grupos a preocupação com o meio ambiente se expressa na forma de destinarem seus resíduos a empresas especializadas. Outros, porém, por questões estruturais e de responsabilização, não possuem um destino adequado aos seus resíduos.

Embora muitos dos empreendimentos existentes no Vale do Ivaí estejam cadastrados como sendo de Economia Solidária, e teoricamente apontem um modelo cooperativo e de autogestão, na prática, o que tem se

configurado são grupos de trabalhadores aliciados por um intermediário, ou diretamente por algumas empresas que se aproveitam da situação para garantir mão-de-obra barata. Em todos os empreendimentos pesquisados verificou-se uma extrema dependência dessas empresas para a manutenção das atividades. Além disso, notou-se a informalidade na prestação de serviço e o excesso de trabalho, na medida em que as pessoas recebem por produção.

Ao se dedicarem ao trabalho por muitas horas surge uma dificuldade que é a ação de pensar coletivamente; como maneira de se desvencilhar da falta de autonomia na tomada de decisão sobre o empreendimento. Nesse caso, o trabalhador está atrelado aos interesses de um terceiro que explora e que não possibilita uma melhor condição de vida para essas pessoas. Trata-se da exploração dos que necessitam de um trabalho, violando os direitos previstos na legislação brasileira, incluindo estes trabalhadores/trabalhadoras no grande contingente de trabalhadores no setor informal da economia, sujeitos a baixa remuneração, a instabilidade e a falta de proteção social.

É presente a necessidade de orientação técnica na perspectiva de que esses grupos comecem a refletir sobre sua organização a fim de empreenderem um esforço em buscar ações que mais se aproximem de empreendimentos com características da Economia Solidária.

Outro aspecto que tem dificultado a perspectiva da Economia Solidária no Vale do Ivaí é fato dos empreendimentos não dominarem instrumentos de planejamento que possibilitem uma gestão capaz de ampliar o mercado e agregar valor ao que é produzido, a fim de que haja uma maior remuneração a esses trabalhadores.

O desenvolvimento sustentável destes empreendimentos com base na Economia Solidária exige a consideração de vários fatores que ainda não foram acessados pelos trabalhadores devido à falta de conhecimento por parte dos mesmos.

Vários estudos mostram que o desenvolvimento da Economia Solidária envolve uma pluralidade e complexidade de desafios. Gaiger (2000, p. 278), por exemplo, destaca que a sobrevivência da Economia Solidária dependerá da capacidade dos empreendimentos “de conciliarem as relações de trabalho que lhe são próprias [...] com os imperativos da eficiência”, o que remete a Economia Solidária às leis do mercado.

Estudos como de Carleial e Paulista (2008), também apontam muitos problemas no desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária como: equipamentos sucateados; a dificuldade na democratização das práticas de gestão; a preocupante dependência de recursos públicos, que podem ser desativados a qualquer momento dado a transitoriedade das políticas públicas; dificuldade no acesso à matéria-prima, ao capital de giro, ao crédito, aos mercados gerando capacidade ociosa, de gestão de negócios e pessoas. Outros estudos empíricos “tem apontado o quanto a ausência de competência para gerir ameaça a sustentabilidade dessas iniciativas” (CARLEIAL E PAULISTA 2008, p. 23).

Tais fatores justificam a importância da extensão universitária mediante o “Programa de diagnóstico, formação e aprimoramento de pequenos empreendimentos do setor têxtil, vestuário e calçados do Vale do Ivaí com bases na perspectiva da Economia Solidária” para a formação, capacitação e acompanhamento destes empreendimentos, possibilitando geração de trabalho e renda com sustentabilidade. É de grande relevância o papel de instituições de ensino e pesquisa no desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas tanto para formação quanto desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária.

6 CONCLUSÃO

Uma das prerrogativas do capitalismo é a liberdade de contrato e de associação para implementação da economia, o que não impede e até incentiva outras formas de desenvolvimento, devido sua limitada capacidade de absorver toda a população economicamente ativa.

Diante das crises oriundas desta capacidade limitada do sistema capitalista, dentre aqueles que de forma sintomática buscam novos meios de sustentação e de melhoria de condição de vida, a Economia Solidária emerge como alternativa para uma parcela da sociedade desprovida da oportunidade de se considerarem cidadãos dignos e capazes de produzirem sua própria renda. A essa alternativa não se pode creditar a capacidade de rompimento total com o atual sistema, nem mesmo se tem evidências de condições concretas para uma revolução social explícita e declarada, fato este observado pela constante dependência e vínculo às evoluções do atual sistema capitalista e da Economia Solidária.

Cabe lembrar que a Economia Solidária poderia ser uma forma de resistência se não tivesse sido institucionalizada como um programa destinado aos empreendedores socialmente excluídos do sistema de capital e não os tivesse, ao mesmo tempo, incluído economicamente no mesmo sistema de capital a partir das determinações dominantes deste.

A Economia Solidária deixa de ser uma possibilidade de mudança e de transformação do atual sistema econômico e passa a ser uma alternativa de enfrentamento do capitalismo, não existindo fora e na periferia do sistema, mas estando dentro, utilizando-se desse sistema para a sua existência, inclusive dependendo das atuais ferramentas informacionais, de comunicação e do avanço da globalização.

Os resultados manifestos nesse trabalho não esgotam a infinidade de informações percebidas através dos vários detalhes observados e subjetividades captadas pelos pesquisadores envolvidos nesse projeto através dos diálogos estabelecidos ora formalmente através da entrevista, ora nos bate-papos e conversas informais.

Comparativamente notaram-se nos empreendimentos algumas semelhanças que possibilitariam outras análises e conclusões para um posterior trabalho; as questões de gênero são marcantes nos empreendimentos, pois diagnosticou-se que a maioria deles é composta por mulheres com grau de instrução não superior ao ensino médio. Além disso, foi possível perceber que todos os empreendimentos iniciaram suas atividades com um número maior do que o atual, mas por algumas razões ainda desconhecidas possuem atualmente em média dez trabalhadoras.

Percebeu-se através dessa pesquisa que há a uma necessidade latente e prioritária de se firmar convênios, desenvolverem produtos e interligar estes empreendimentos a outros do mesmo segmento para que possam conjuntamente ter capacidade competitiva e de sobrevivência num mercado em plena expansão, ou seja, o mercado de comércio justo e solidário.

Em atendimento ao objetivo proposto nessa pesquisa, após os dados terem sido coletados e as entrevistas *in loco* servirem de subsídio para análises mais aprofundadas, pôde-se concluir que a maneira pela qual os órgãos federais, estaduais e municipais compreendem e sistematizam dados e informações sobre os empreendimentos considerados como sendo de Economia Solidária no Vale do Ivaí encontra-se equivocada, desfocada, desatualizada e descontextualizada. Dentro dessa perspectiva também foi possível perceber que o programa de Economia Solidária organizado pelos órgãos do governo, tais como a SENAES, estão incluindo na mesma forma jurídica de Economia Solidária também as Cooperativas.

O motivo da incoerência nas informações oferecidas por esses órgãos não foi objeto dessa pesquisa, porém uma hipótese é o fato de que os governos têm procurado oferecer oportunidades de geração de emprego e renda à população a qualquer custo.

Historicamente essa intenção pode estar atrelada à ascensão da globalização e às políticas neoliberais, onde existiu uma ideologia de um Estado mínimo com a menor intervenção no meio econômico possível. Essa situação apresentou-se como um dos desafios de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso que, em seu mandato, não consegue evitar os níveis de desemprego estrutural bem como a perda de níveis consideráveis de emprego conjuntural.

É nesse cenário que a informalização ganha proporções irreversíveis e que, em 1998, ainda em sua campanha eleitoral, Luís Inácio Lula da Silva propõe a geração de mais empregos, além da inserção de outra política econômica que promovesse estabilidade monetária e o crescimento da economia de forma que a sociedade se tornasse mais justa e solidária. Em 2003, já na condição de presidente do Brasil, Lula, coloca suas propostas de governo em ação, tendo como carro chefe o programa “Fome Zero” e o “Programa Nacional de Emprego”, executados através do Ministério do Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social (MTE/MDS). Dando sequência ao Plano Real, Lula reestrutura o Conselho de Comunidade Solidária e seus programas elencando seu status de Conselho para Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e sob coordenação do SENAES instala o Conselho Nacional de Economia Solidária – (CONAES) em 2006.

A importância dada à geração de trabalho e renda pelo governo federal na perspectiva da Economia Solidária tem impactado os municípios pesquisados a ponto de alguns deles estarem envolvidos num grande paradoxo, pois, no propósito de alcançar os objetivos almejados pelos programas sociais, principalmente na intenção de se atingir metas estatísticas, os municípios estabeleceram parcerias e convênios com empresários e instituições privadas que exploram e subtraem a honra e a dignidade dos cidadãos desprovidos de esclarecimento e, principalmente de alternativas para a subsistência sua e de sua família. Essa constatação foi possibilitada através das entrevistas com alguns gestores sociais localizados nesses municípios.

Dar ocupação e gerar renda torna-se um objetivo eminente para os gestores públicos; a exemplo disso, é a participação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da Associação de Proteção a Maternidade e Infância (APMI) na gestão de grupos de mulheres artesãs localizadas em alguns municípios do Vale do Ivaí que trabalham na fabricação de produtos que estão sob a responsabilidade do poder local, porém sob a propriedade de um grande empresário que estabelece a forma de produção, as relações de trabalho e por fim define os valores a serem pagos a essas trabalhadoras, o que representa uma renda extremamente inferior para a garantia das necessidades básicas dos cidadãos.

Nesse afã de resultados estatísticos os dados dispostos nos sistemas informacionais do governo podem simbolizar objetivos alcançados em forma de números, porém não representam de fato uma verdade inquestionável.

Não se descarta os esforços empreendidos nos últimos oito anos no avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal. A I e a II Conferência Nacional de Economia Solidária foi importante como estratégia e política de desenvolvimento social, porém se faz necessário acompanhar de perto o desenvolvimento, as dificuldades, as impossibilidades e, acima de tudo, oferecer condições para o fortalecimento desses empreendimentos reconhecidos como sendo de Economia Solidária e não simplesmente considerá-los como mais um número nas estatísticas governamentais ao serem “agraciados” com a doação de algum

equipamento ou atribuir um rótulo que os sujeitos não se intitulam como tal. É necessário ir além do aparente e empreender esforços para que nesse momento de construção teórica do entendimento do que vem a ser a Economia Solidária se possa creditar a ela a possibilidade de uma outra forma de gestão de empreendimentos que conservem os pressupostos seminais que, mesmo não sendo suficientes para um rompimento com o atual sistema, que mesmo assim possa oferecer condições para um trabalho mais digno e solidário entre os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- A AUTOGESTÃO e o “Novo Cooperativismo”**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/>> . Acesso em: 15 jun 2009.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. SP: Cortez; Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.
- ATLAS da Economia Solidária no Brasil**. Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária. SENAES, 2006.
- BARBOSA, Rosângela N. C. A Economia Solidária como Política Pública** - Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 1ª ed. Cortez. São Paulo, 2007.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 3a. ed. 2004.
- BARRIOS, Diego**. (2009, 19 de novembro). **El Cooperativismo en Uruguay**. Powerpoint: palestra proferida na Universidade Federal do Paraná, Salão Nobre do PPGD. Curitiba – PR.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História**. Cortez. São Paulo, 2007.
- BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo**. As Contradições do Processo de Autogestão no Capitalismo: Funcionalidade, Resistência e Emancipação pela Economia Solidária. **Organizações & Sociedade**, v.17, n.55, p. 605 – 610, Outubro – Dezembro, 2010.
- CARACTERÍSTICAS do Comércio Justo e Solidário**. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/caracteristicas.html>>. Acesso em 15 jun 2009.
- CARLEIAL, Liana e; PAULISTA, Adriane. ECONOMIA SOLIDÁRIA: Utopia Transformadora ou Política de Controle Social**. In: GEDIEL, José A. P.(org.).**Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 2, 2008. p. 9-40.
- DEPARTAMENTO de Cooperativas**. Ley y Reglamento. Disponível em: <<http://www.decoop.cl/Inicio/DocumentosLegales/LeyyReglamento/tabid/115/Default.aspx>>. Acesso em 10 jan 2010.
- ECONOMIA Solidária e Autogestão: A Criação Re-criação de Trabalho e Renda**. Disponível em <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf/economiasolidaria.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2009.
- FARIA, José Henrique de. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. José Henrique de. 4o. Encontro de Autogestão e Economia Solidária. Campinas: UNICAMP, 2010.

- FORUM.** <http://www.fbes.org.br/>. Disponível em: <<http://cirandas.net/>>. Acesso em 20 de ago. 2009.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização.** UFRGS. RS. 2005.
- _____. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- _____. **Os Caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul.**In: **SINGER, Paul. SOUZA, André R. de. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Contexto, 2000.
- _____. et al. **Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.** São Paulo: CUT, 1999.
- IPARDES.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/anuario_2008/index.html>. Acesso em 15 de mar. 2010.
- MANCE, Euclides André. Constelação Solidários: As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistêmica.** IFIBE. Passo Fundo– RS. 2008.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa.** Atlas. S P, 1982.
- _____. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARX, Karl - Ed. resumida por BORCHARDT, Julian - O Capital.** 7ª ed. CTC 1882 RJ.
- MATTOSO, Jorge. O Brasil Desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.
- MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria Cecília. VINHA, Valéria da. Economia do Meio Ambiente.** Elsevier. Rio de Janeiro, 2003.
- Ministério do Trabalho e Emprego.** I Conferência Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_default.asp> Acesso em 15 jun 2009.
- NUNES, Débora. A Construção de uma Experiência de Economia Solidária num Bairro Periférico de Salvador.** Bahia Análise & Dados. Salvador. SEI. v.12. n.1., p.59-76, junho 2002.
- O QUE É Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em 19 nov 2009.
- PEREIRA, Maria Cecília Camargo. ECONOMIA SOLIDÁRIA: Experiências Autogestionárias no Brasil e Argentina.** Recuperado em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/059-pereira.pdf>. Acesso em 17 dez 2010.
- POCHMANN, Marcio. Rumos da Política do Trabalho no Brasil.** In: **SILVA, Maria Ozanira da Silva e; IAZBECK, Maria Carmelita (orgs.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** Cortez. São Paulo, 2008.
- RAZETO, Luis. Los Caminos de la Economía de Solidaridad.** Buenos Aires: Lumen- Hvmantas. 1997.
- SERRA, Rose. Enfrentamento do Desemprego/Subemprego – alternativas de trabalho/renda na atual conjuntura brasileira.** In: **FREIRE, Lúcia M. B., FREIRE, Silene de Moraes, CASTRO, Alba Tereza Barroso de (orgs.) Serviço Social Política Social e Trabalho - Desafios e Perspectivas para o Século XXI.** Cortez -SP, 2006.

SINGER, Paul Israel. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: **SINGER**, Paul & **SOUZA**, André R. de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000c.

TAUILE, José Ricardo. **“Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária”**. Disponível em <http://www.acompanhamentoproninc.org.br/down_tauile/> Acesso em: 15 jun. 2009.

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia Popular e Produção de Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado**. In: **FRIGOTTO**, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis. Vozes. 1998.

VÁSQUEZ, Karin Baeza. (2009, 17 de novembro). **Economia Social y cooperativismo en Chile**. Powerpoint: palestra proferida na Universidade Federal do Paraná, Salão Nobre do PPGD. Curitiba – PR.